



SEGURANÇA PRIVADA

Desregulação Empresas são acusadas de fazer vista grossa aos direitos dos trabalhadores. Estado gera 60% do negócio e alimenta más práticas

Quem protege os vigilantes?

Textos **ANA SOFIA SANTOS**
Ilustração **HELDER OLIVEIRA/WHO**

São 40 mil os vigilantes espalhados pelo país para garantir a segurança de pessoas e bens. A maioria ganha €634 de salário-base, num sector onde o desrespeito pelos direitos laborais é (quase) a regra.

Muitos seguranças, mesmo em empresas com peso no mercado, não sabem o que é o suplemento de trabalho noturno, quanto valem as horas extraordinárias e os feriados, nem o que é gozar folgas segundo a lei. Nunca foram à medicina do trabalho e passaram de raspão por ações de formação. Todas as pessoas do sector com quem o Expresso falou reconhecem esta realidade.

Há "um problema de cumprimento das regras laborais, é aí que se dão as grandes fugas que lesam os trabalhadores, o Estado e as empresas cumpridoras", afirma Jorge Couto, presidente da Securitas em Portugal, sem pudor de afirmar que "é um sector que enferma de qualidade". Maria da Glória Morão Lopes, administradora da Esegur, também se sente a remar contra a maré. "Quando nos concursos públicos se adjudica a preços abaixo do mercado está-se a ser conivente com más práticas".

O grande problema, identificam, é o facto de o Estado e de muitas empresas privadas contratarem pelo preço mais baixo, desprezando a qualidade do serviço. "As entidades públicas e privadas sabem os custos. Fazer a segurança numa portaria durante 24 horas (a referência do sector) por menos de €6 mil/mês denuncia que há perda de direitos dos trabalhadores", garante Jorge Leitão, presidente da Prosegur Portugal. "Reduzindo artificialmente o principal custo [não de obra] na formação do preço, fácil é de ver como ficam viciadas as condições para uma concorrência leal", refere Augusto de Moura Paes, presidente da Associação Nacional de Empresas de Segurança Roubo e Fogo. Lamenta que entidades públicas aceitem "pagar preços abaixo do custo, mesmo quando são chamadas à atenção".

"O Estado tem que dar o exemplo no cumprimento da lei. Ao contratar entidades que não respeitam a lei e que, por isso, sujeitam os seus colaboradores a condições inaceitáveis, dá um péssimo exemplo e impede o saneamento do sector", acrescenta o presidente da Associação de Empresas de Segurança Privada, o ex-bastonário da Ordem dos Advogados, Rogério Alves.

O Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Limpeza, Domésticas e Atividades Diversas (STAD), afeto à CGTP, também acusa o Estado e as empresas públicas de alimentarem contratos viciados. A ironia é que o Estado, em vez de poupar, "está a perder muito dinheiro em contribuições para a Segurança Social e em IRS e de IRC", foca Carlos Trindade, coordenador nacional do STAD. "O mais grave é que o Estado gera 60% do negócio".

O sindicato também é alvo de críticas dos empresários, por ser apenas reativo e focar demasiado os seus esforços

nas negociações das tabelas salariais. Quanto à Autoridade das Condições do Trabalho (ACT) dizem que falha por ser burocrática e culpam a tutela, o Ministério da Administração Interna (MAI), de se ter divorciado da atividade: "Sinto que desde há três, quatro anos se desinteressaram. Estamos em setembro de 2010 e o relatório de 2009 sobre o sector ainda não foi divulgado...", aponta Maria da Glória Lopes. Contactado, o MAI recusou fazer quaisquer declarações.

Uma forma de resolver o problema, concordam sindicato e empresários, é a obrigatoriedade de um preço mínimo para os serviços de vigilância. O valor é fácil de calcular porque as horas de trabalho estão tabuladas e mais de 80% do preço do serviço é mão de obra.

A ACT não fala de casos concretos mas revela que há "práticas de dumping social". O mais frequente são o excesso de horas de trabalho, a subdeclaração de remunerações à Segurança Social e às Finanças e o recurso a trabalhadores não declarados. No entanto, para o Ministério do Trabalho não existe "um risco particular" de fraude na segurança privada, que é "importante para a fiscalização por parte do Instituto da Segurança Social, mas existem outros aos quais temos de atribuir prioridade".

250 processos em tribunal

Só na área da vigilância, o sindicato tem 250 processos nos tribunais. Carlos Trindade é contra generalizações porque há empresas que querem dignificar o sector. "As três maiores, as multinacionais Securitas e Prosegur e a nacional Esegur têm posturas distintas. São, em regra, cumpridoras com o dia a dia". Mas "não estamos a falar do paraíso porque ninguém cumpre a 100%".

"Há conflitos em qualquer sector", relativiza o sindicalista, sobretudo em atividades de mão de obra intensiva. Mas é implacável com as empresas nacionais com dimensão que "nem sempre cumprem as regras". Carlos Trindade identifica "a Grupo 8, 2045, Prestibel e Charon". "Têm diferentes níveis de incumprimento, mas a pior é a Charon porque tem práticas antisindicalistas e más práticas laborais". O sindicalista e o presidente da Associação Nacional de Agentes de Segurança Privada (ANASP), Ricardo Vieira, consideram "grave" o caso da Charon pois é o terceiro maior empregador do sector (ver a posição da Charon no texto ao lado).

Carlos Casqueiro, administrador-executivo, da Prestibel, com 2800 pessoas, é assertivo face à acusação: "A Prestibel orgulha-se de sempre ter procurado cumprir a legislação laboral, apesar das leis vigentes estarem claramente desadequadas das exigências do mercado". Salienta que em Portugal "é fácil autuar, basta, por exemplo, que a empresa não tenha afixado nas instalações dos clientes os horários de trabalho dos vigilantes!". Frisa ainda o facto de a empresa "nos mais de 25 anos de existência, nunca ter deixado de liquidar pontualmente as suas responsabilidades junto do pessoal, da Segurança Social e da fazenda pública". E não poupa a fiscalização: "é enviesada, pouco eficaz e tem

por grande objetivo maximizar o valor das coimas e multas e não o de assegurar o cumprimento da legislação e de punir fortemente os não cumpridores".

António Jorge, do marketing e comunicação da 2045, também repudia qualquer alegação de más práticas: "Temos mais de 20 anos, 3000 colaboradores e cumprimos com a legislação, incluindo a laboral". Refere que há "uma melhoria nas boas práticas", fruto do aumento das fiscalizações. O Expresso também contactou, sem sucesso, a administração da Grupo 8.

Empresas fora da lei

O que mais prejudica a atividade são as estruturas que estão fora da lei e que vivem, sobretudo, do sector público na província. "São entre 10 a 20 empresas, bem conhecidas da tutela e da PSP, com preços 20% a 30% abaixo do mercado, mas que a burocracia e a lentidão, vão impedindo a cessação dos alvarás", descreve Jorge Leitão. Acumulam dívidas à Segurança Social, fisco e trabalhadores. Por vezes, abrem falência, para logo de seguida pedirem um novo alvará com outro nome.

A má fama da segurança privada também vem de casos relacionados com a noite. Um exemplo recente é a Olho Vivo, supostamente uma empresa de segurança privada, "que dava cobertura legal a grupos mafiosos", exemplifica o sindicalista Carlos Trindade. Ricardo Vieira, da ANASP, é pragmático: "As condutas reprováveis ainda usuais em algumas grandes empresas tendem a acabar por imposição da sociedade e são um mal menor comparadas com a conduta das dezenas de pequenas empresas que se dedicam, em particular, ao negócio da noite, algumas delas verdadeiros gangues".

assantos@expresso.imprensa.pt





À beira de um ataque de nervos

Queixas dos trabalhadores são às centenas. Charon, o terceiro maior empregador do sector, dá mau exemplo, acusa os vigilantes

“Já reclamei para a Provedoria de Justiça, na Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), na Segurança Social, nas Finanças, na Polícia Judiciária e até ao Apoio à Vítima já fui!”, relata Luís, 46 anos de idade, seis ao serviço da Charon. Garante que a empresa lhe deve €21 mil em horas extraordinárias e feriados, que não folgava como diz a lei e foi “para longe de casa”, mal começou a reclamar, há três anos. “Já não aguento fazer turnos de 12 horas. Estou de baixa e a tomar antidepressivos”.

O Expresso falou com mais funcionários da Charon, que corroboram as acusações, alguns também com queixas na Provedoria e na ACT. Os testemunhos (os nomes são fictícios) não são aqui todos relatados. Filipe, 40 anos, na Charon há 16, revela que a sua primeira queixa remonta a 1995. “Sofri várias intimidações, a mais frequente é ouvirmos que ou fazemos turnos de 12 horas ou não há trabalho”.

Não haverá uma empresa de vigilância sem, pelo menos, uma denúncia na Internet

“Chefeei durante 15 anos uma unidade e nos últimos cinco fiz turnos de 12 e de 15 horas, onde as horas não eram pagas como extraordinárias e, a maioria, não constava do recibo de vencimento. Vinham num cheque à parte”. Tem documentos (de 2005) que o atestam. Hoje refere que já não há cheques “por fora”, mas “a Charon continua a não pagar tudo segundo a lei”. “Pelas contas do sindicato devem-me cerca de €50 mil”.

Paulo Lima, diretor de operações da Charon, assegura que “este não é o retrato da Charon”, a terceira maior empregadora do sector. Em dois anos, e meio, o fundo português Explorer Investments adquiriu “quatro empresas de segurança [Charon, Palanca, Prosecom e 4Esse], bem como a carteira de clientes da Star”.

“Triplcámos a nossa dimensão ao integrar cinco empresas, cada uma com um dono e uma forma específica de trabalhar. Contratámos um plano de gestão à Capgemini para controlar melhor todo o tipo de situações”, explica, alegando que é natural existirem queixas num universo de 5 mil pessoas. “Chegámos a ter quatro programas de faturação e outros tantos de salários. Havia escalas feitas à mão... Temos certamente os nossos erros, mas estamos a tentar resolvê-los. Somos uma nova empresa, apenas mantivemos a marca Charon”, acrescenta.

A ACT está a investigar. Em causa estará “trabalho suplementar prestado, ao longo de um ano [2008], por cerca de vinte trabalhadores”, refere um documento da Provedoria, relativo às queixas ouvidas pelo Expresso. Paulo Lima confirma e diz que a Charon entregou à ACT

as informações solicitadas, mas que até agora desconhece a decisão da inspeção. O Ministério do Trabalho adianta que a empresa também está a ser investigada para averiguar se há falhas nos descontos para a Segurança Social, um processo aberto depois de uma denúncia da PSP.

No sítio da Internet da ANASP não haverá uma empresa de vigilância sobre a qual não recaia, pelo menos, uma denúncia. O presidente da associação, Ricardo Vieira, garante que já lhe passaram pelas mãos “largoíssimas centenas de queixas”.

Denúncias tocam a todos

Um exemplo é o caso da Bone-Segur que fazia segurança na Câmara de Loures. As queixas sucediam-se: falta de pagamento dos salários, dos subsídios de horas noturnas, de alimentação. A ANASP interveio e depois de muitas pressões e de ter tornado pública a situação, a autarquia “interveio, tardiamente, mas em força”, afastando a Bone-Segur. A empresa entrou “em insolvência” (os telefones estão desligados), mas segundo Ricardo Vieira, o proprietário já abriu uma “nova” empresa.

Mas há muitos mais casos que visam a Viprese, ASF, Ronssegur e SOV, entre outras. No caso da Viprese, sobre uma funcionária integrada no Hospital de Santa Maria, a empresa diz ser um assunto “tratado, sanado e ultrapassado”. A ASF identifica o autor da queixa, relativo a “problemas nos Hospitais do Centro Hospitalar do Médio Tejo e na Câmara Municipal de Abrantes [sobretudo atrasos nos salários e subsídios]”, como sendo “um elemento que, estando prestes a ser alvo de um processo disciplinar, rescindiu unilateralmente com a empresa”. Admite, no entanto, terem existido “pontualmente alguns atrasos” fruto da retração da banca e da falta de pagamento por parte de clientes estatais.

Contra a Ronssegur — que tem postos em várias autarquias, nomeadamente na Câmara de Cascais — pesam acusações de não ter escalas afixadas ou de exigir o pagamento da farda, ao que a empresa responde: “É totalmente destituído de fundamento e veracidade”. Raul Leitão, da SOV, contesta com veemência a denúncia de um vigilante a prestar serviço no edifício Zenith, em Miraflores. A acusação mais grave é que a empresa estaria a colocar pó de extintor no sistema de ar condicionado para alegadamente obrigar o trabalhador a despedir-se. “Não tem pés nem cabeça. É rocambolesco, não controlamos sistemas de ar condicionado!”, declara o administrador da SOV. “Temos 28 anos de mercado e os recursos humanos são para nós vitais”.

Quanto à forma como a ANASP divulga estas queixas na Internet, Ricardo Vieira refere que, regra geral, identificam e contactam o autor da denúncia, cujos nomes, a maior parte das vezes, são ocultados. “Um delegado ou representante da associação vai ao terreno atestar a veracidade da situação e recolher provas”. “Tornámos públicos nomes de pessoas e de empresas e nunca fomos processados”.

RAIOS-X À SEGURANÇA

700

milhões de euros é quanto vale formalmente o negócio da segurança. A Prosegur tem a maior fatia, com uma faturação prevista de €160 milhões para 2010, seguida da Securitas, com €114 milhões (área da vigilância humana), em 2009. As portuguesas Esegur, que prevê atingir os €75 milhões (a atividade principal é o transporte de valores) e Charon, que estima faturar €80 milhões e está à venda, disputam a terceira posição

40

mil vigilantes ‘patrulham’ o país. 8100 estão na Prosegur, 6400 são Securitas e 5000 trabalham para a Charon. No entanto, o Ministério da Administração Interna (MAI) tinha registo, em 2008, de mais de 61 mil vigilantes com cartão profissional, sendo que a diferença de cerca de 21 mil vigilantes diz respeito a casos “relativamente aos quais não há qualquer registo de vinculação por contrato de trabalho” a empresas de segurança privada

105

é o número de empresas licenciadas especificamente para atividades de segurança privada, segundo o MAI

9

foi o número de alvarás cancelados em 2008. Os 16 alvarás emitidos nesse ano renderam €170 mil

647

ações de inspeção foram feitas pelo fisco a empresas do sector entre 2009 e o momento atual. O Ministério das Finanças dá conta de que “no sector em questão já foram realizadas ações conjuntas, nomeadamente com a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e a Segurança Social”

390

é o número de infrações detetadas, em 2009, pela ACT. As irregularidades com o registo do tempo de trabalho lideram a maioria das situações (56). Nestes casos, a coima mais pequena ascendeu a €65.376, enquanto a maior totalizou €156.852

421

mil euros foi o montante máximo de uma coima aplicada pela ACT em 2009